



14
✓

246

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 01.17000-3/01

EMBARGANTE: Estado de Pernambuco

Procuradora: Dra. Érika Gomes Lacet

EMBARGADO: Max Petróleo do Brasil Ltda.

Advogado: Dr. Fernando de Oliveira Barros

RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães

R
5527

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM APELAÇÃO CÍVEL - AUSÊNCIA DAS HIPÓTESES DE CABIMENTO DISPOSTAS NO ART. 535 DO CPC - EMBARGOS IMPROVIDOS - DECISÃO UNÂNIME.

1 - Os embargos de declaração constituem recurso de extremados requisitos objetivos, conforme normatização imersa no artigo 535 do Código de Processo Civil, exigindo-se, para seu acolhimento, que estejam presentes os pressupostos legais de cabimento.

2 - Não vislumbrando as hipóteses previstas em lei, não há como prosperar o inconformismo do embargante.

3 - Embargos de declaração improvidos.

4 - Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração nº 0117000-3/01, em que figura como embargante Estado de Pernambuco e como embargado Max Petróleo do Brasil Ltda.

Acordam os Desembargadores que integram a Oitava Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, pela sessão

247
15

de julgamento realizada no dia 11/02/2010 presidida pelo Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, acompanhado pelo vogal Des. Francisco José dos Anjos Bandeira de Melo, à unanimidade de votos, em conhecerem do recurso acima descrito, para negar provimento ao mesmo, tudo na conformidade dos votos e do Relatório proferidos neste julgamento.

Recife, 11/02/2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães - relator



16
248

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0117000-3/01

EMBARGANTE: Estado de Pernambuco

Procuradora: Dra. Érika Gomes Lacet

EMBARGADO: Max Petróleo do Brasil Ltda.

Advogado: Dr. Fernando de Oliveira Barros

RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães

RELATÓRIO

Trata-se de embargos de declaração opostos contra acórdão lavrado nos autos do Mandado de Segurança que, sob a óptica do embargante, incorreu em "erro de fato", ao dar provimento ao recurso de apelação interposto, reformando a sentença então recorrida, anulando-se o lançamento tributário decorrente do auto de infração SF nº 005.03588/99-7(TATE 00.434/00-0), consubstanciado no acórdão nº 0245/2001-11 do TATE.

O embargante opôs os presentes aclaratórios alegando, resumidamente, em suas razões de fls. 02/08 que o aresto embargado incorreu em "erro de fato", vez que o mandado de segurança foi impetrado tendo por ato coator o julgamento do recurso voluntário interposto pela apelante na esfera administrativa, não sendo questionada, em momento algum, o lançamento tributário que ensejou o processo administrativo onde foi proferida a decisão impugnada na ação mandamental. Acrescenta que a decisão não poderia ter anulado o lançamento tributário, mas, tão-somente, o próprio julgamento administrativo que deu origem ao referido lançamento.

Requer, ao final, sejam acolhidos os presentes embargos declaratórios, dando-lhe regular processamento, para sanar o vício apresentado, bem como prequestionar a matéria versada nos autos, operando-se efeitos infringentes.

É o relatório.

Recife, 11/02/2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães – Relator



17
249

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0117000-3/01

EMBARGANTE: Estado de Pernambuco

Procuradora: Dra. Érika Gomes Lacet

EMBARGADO: Max Petróleo do Brasil Ltda.

Advogado: Dr. Fernando de Oliveira Barros

RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães

VOTO

O inconformismo do embargante reside contra acórdão que, sob sua óptica, incorreu em "erro de fato", ao dar provimento ao recurso de apelação interposto, reformando a sentença então recorrida, anulando-se o lançamento tributário decorrente do auto de infração SF nº 005.03588/99-7(TATE 00.434/00-0), consubstanciado no acórdão nº 0245/2001-1.1 do TATE.

É sabido que os Embargos de Declaração são cabíveis quando houver na decisão embargada, obscuridade, contradição ou for omitido ponto sobre o qual o juiz ou tribunal devia pronunciar-se (Incisos I e II, do art. 535, do CPC), e, em face de construção jurisprudencial, admissível em decisão em sentido amplo. Em regra, não possuem os Embargos de Declaração, caráter substitutivo ou modificativo do julgado embargado, tendo, na verdade, uma natureza integrativa ou esclarecedora. Assim, visa-se com tal instrumento recursal, buscar uma declaração judicial que àquele se integre de modo a possibilitar sua melhor inteligência ou interpretação.

No caso *sub examine*, não vislumbro qualquer omissão, obscuridade ou contradição a macular a decisão embargada, devendo, portanto, manter-se incólume pelos seus próprios fundamentos.

O descontentamento da parte com o julgado não tem por finalidade tornar cabíveis os embargos de declaração, visando modificação do julgado, excepcionalmente, admitida pelo ordenamento processual.

250
E

A matéria posta em debate restou absolutamente enfrentada no aresto embargado, contudo de maneira contrária à parte, ora embargante que de forma reiterada, trouxe questões alheias às hipóteses elencadas no art. 535 do CPC, com o propósito de rediscutir matéria já decidida.

Se porventura pretende o embargante modificar o aresto hostilizado, almejando que lhe seja conferida solução diversa, este poderá se valer de outros instrumentos legais postos à sua disposição, não encontrando amparo o reexame ora postulado, em sede de embargos de declaração.

Em face do exposto, não havendo qualquer ponto sobre que deva pronunciar-se esta Sodalicia Câmara, nego provimento aos presentes embargos declaratórios.

É como voto.

Recife, 11/02/2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães – Relator